

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1543579 - SC  
(2019/0209166-9)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE : APOIO INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA**  
**EMBARGANTE : ANA LETICIA KNUTH**  
**EMBARGANTE : ALCIDES KNUTH**  
**ADVOGADOS : NICÁCIO GONÇALVES FILHO - SC011095**  
**: BIANCA QUIPERS ROSENDO SABINO - SC051226**  
**: CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA - SC037765**  
**EMBARGADO : COOPERATIVA DE CREDITO DOS MICROS E**  
**PEQUENOS EMPRESARIOS DO VALE DO ITAJAI**  
**ADVOGADOS : SÔNIA MARTINS SACCON ANGULSKI - SC006008**  
**JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA -**  
**SC011985**  
**JULIANO RICARDO SCHMITT - PR058885**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Inexistentes as hipóteses do art. 1.022 do NCPC, não merecem acolhimento os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.

3. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado que não conheceu do agravo interno em virtude da incidência da Súmula nº 182 do STJ.

4. Em virtude da rejeição dos presentes aclaratórios, e sendo evidenciado o seu caráter manifestamente protelatório, incide ao caso a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC, no percentual de 2% sobre o valor atualizado da causa.

5. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

# *Superior Tribunal de Justiça*

unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator